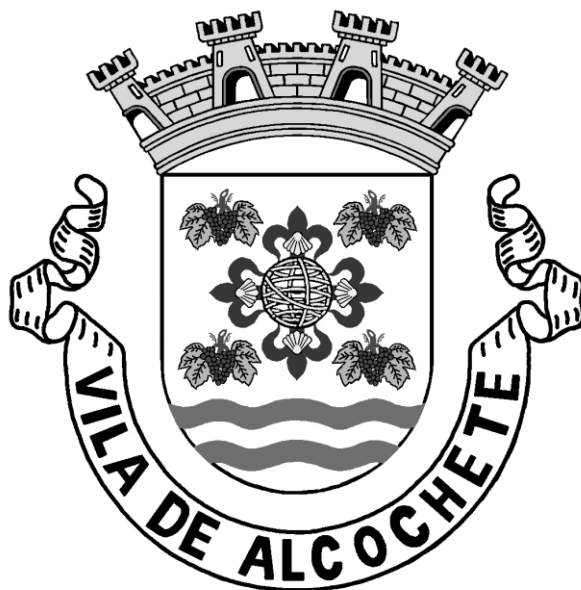




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 04 /19

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 23 DE ABRIL
DE 2019**

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Rodolfo Soares Marques Pereira, Susana Isabel Marques Pereira Maia, Olívia Maria Nobre Mateus da Silva e Maria de Fátima Lima Vieira.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e Ana Mafalda Boieiro Marques.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- João Ricardo Figueiredo Lopes.
- Pedro Jorge Marcelino Ferreira, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Mafalda Catalão. (Documento anexo á Minuta da Ata)
- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Os pedidos de justificação foram aceites.

- Bruno José Pereira Soares, solicitou a suspensão do mandato por onze meses, tendo tomado posse, em sua substituição, o senhor Diogo da Silva Mourão, após ter prestado juramento legal e assinado a ata. (Documentos anexos à Minuta da Ata).

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Ata da sessão extraordinária realizada em 7 de janeiro de 2019

Submetida à discussão, o senhor presidente da Assembleia propôs as seguintes retificações:

- Página 4, linhas 8 e 12, onde se lê “RNAS” deve ler-se “RNAJ”;
- Página 9, onde se lê “ora”, deve ler-se “obra”
- Página 11, acrescentar “presidente da câmara” antes da sua intervenção.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com as alterações propostas.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:

- Luiz Batista:

Solicitou a revisão à política de comunicação do município, porque no anterior mandato, o jornal da câmara “In Alcochete”, tinha um espaço dedicado à divulgação de notícias e propostas das diversas bancadas que não se encontram representadas no executivo, mas que, no atual mandato isso não acontece. Mais solicitou que o mesmo seja aplicado à *newsletter*.

Lembrou que o executivo não é dono da câmara municipal, apenas exerce o mandato, pelo que terá assim, que respeitar e divulgar as propostas das bancadas.

- Henrique da Câmara:

Na sessão realizada em 15 de março, questionou relativamente à transferência de competências relativas aos Decretos-Lei, números 21 e 23 (Educação e Saúde), nomeadamente, sobre o recebimento dos mapas do governo para o município, dado haver prazos a cumprir. A esta questão, o presidente da câmara respondeu que não tinham sido recebidos. Face à resposta, ficou admirado com o facto de na Ordem do Dia da reunião de câmara de 18 de março, ver agendados dois pontos relativos à “Ratificação de ato administrativo no âmbito da descentralização de competências na Educação e Saúde”. Ora, se no dia 18 havia atos a ratificar e no dia 15 ainda não sabiam de nada, então o que se passou entre datas?

- Presidente da Câmara:

Afirmou que dispensa as lições de democracia do deputado Luiz Batista, porque este falou para um representante de um partido que se considera um dos pais da implantação da democracia em Portugal, e explicou ter sido por lapso, que na publicação do jornal “Alcochete” não foi dado espaço às bancadas, para além de que apenas saiu uma única publicação do mesmo.

O jornal terá uma periodicidade trimestral (o próximo está em fase final) e passará a ser dado espaço aos partidos políticos como era costume.

Quanto à questão colocada pelo deputado Henrique da Câmara quanto à transferência de delegação de competências, explicou não haver nesta matéria “gato escondido com o rabo de fora” porque desde logo, o executivo assumiu que os desafios que tinha na sua posse para o ano de 2019 eram múltiplos e por isso não estariam disponíveis para aceitar qualquer transferência para o corrente ano. Porém, esclareceu que na sessão de março, por lapso, respondeu com o “pensamento na Educação” quando deveria responder em relação ao prazo para a Saúde.

De seguida, com autorização dos presidentes da câmara e assembleia municipal, a senhora vereadora Maria de Fátima Santos complementou a anterior intervenção dizendo:

Tratou-se de facto de um lapso. A resposta dada apenas incidiu sobre a Educação. O Diploma desta área teve prorrogação do prazo para pronúncia à DGAL até 30 de junho (anteriormente era até 30 de abril). Mais acrescentou, que já foram recebidos os Mapas indicativos dos montantes do Fundo de Financiamento da descentralização a transferir e que a lista dos imóveis está em análise.

Quanto ao Diploma da Saúde já foi recebido o Mapa dos montantes e património a transferir no dia 9 de fevereiro e foi a ratificação da câmara, dado que a resposta tinha que ser enviada até a dia 18 do referido mês. Entretanto a pronúncia acerca do Diploma da Saúde, a sua aceitação ou não e a pronúncia à DGAL, este prazo ainda está a decorrer. Após a saída do novo Quadro Definitivo haverá sessenta dias para pronúncia.

Para 2020, a pronúncia relativa a todos os Diplomas também será que ser realizada até 30 de junho.

- Luiz Batista:

Referiu que o PSD há já algum tempo propôs a criação de uma passadeira desnivelada na avenida da Restauração frente à escola básica jardim-de-infância, tal como existe junto à escola D. Manuel I, salientando que na primeira escola faria mais falta, dado ser frequentado por crianças mais novas.

Referiu também, a separação existente entre a escola da Restauração e a escola D. Manuel, onde existe um corredor que vai dar à urbanização dos Flamings que tem uma passadeira, entendendo que deveria ser alvo de intervenção com zebra, para delimitar uma área com visibilidade suficiente para prevenir acidentes.

Chamou a atenção para a placa indicativa junto á rotunda da GALP que em vez de ajudar só baralha os condutores.

Uma vez mais, voltou a chamar a atenção para a limpeza da vala existente entre a zona do “Pikolé” e a zona da Praia do Sal. Fez um ano que apresentou o caso na assembleia, tendo obtido como resposta que a mesma seria limpa após a limpeza da vala junto ao “Intermarché”, porém, passou um ano e não procederam à sua limpeza. No inverno a água passa por cima da vegetação podendo causar inundações e no verão cria mosquitos, contribuindo assim, para que as condições de vida de quem ali mora não sejam as melhores.

Por último, solicitou um ponto de situação relativamente ao Furo de Captação da Fonte da Senhora.

- Henrique da Câmara:

Ainda em relação aos Decretos-Lei números 21 e 23, solicitou esclarecimento sobre se a câmara irá ou não aceitar a transferência de competências.

- Ana Luísa Lourenço:

Informou que embora já estejam nomeados os membros da Comissão Permanente do Ordenamento do Território, Urbanismo e Atividades Económicas, a CDU enviou um requerimento a solicitar a marcação da primeira reunião da mesma, pelo que gostaria de saber se já existe previsão da data para realização da mesma.

- Presidente da assembleia municipal:

Informou que provavelmente a reunião será marcada para a 1.^a quinzena de maio.

- Presidente da câmara:

Como complemento, deu conta, que o tema que a deputada Ana Luísa evoca elenca de forma intrínseca com a revisão do PDM e este está numa fase que não gera qualquer tipo de discussão e como tal, deve ter sido essa a indicação que os serviços nomeadamente a DAT forneceram ao presidente da assembleia para que esta possa de alguma forma responder à pretensão.

Relativamente à sinalética a que se referiu o deputado Luiz Batista, informou que a mesma é da responsabilidade da câmara e que a mesma já se encontra colocada há vários anos. O executivo está atento e não descurará o assunto, entendendo até que em função do que está a ser desenhado em termos de rede viária, mais tarde ou mais cedo, acabará por perder o sentido.

Quanto à questão da passadeira, informou que o assunto não está afastado. Trata-se de um assunto em agenda, para ser feito a partir do momento em que esteja a ser desenhado este tipo de trabalho.

Em relação à limpeza da vala, garantiu que a mesma foi efetuada, assim como todas as outras, acrescentando ainda, que o trabalho foi feito por uma empresa externa e já foi pago.

Referiu que o furo de captação na Fonte da Senhora ao contrário da limpeza das valas, é executado com os recursos humanos e técnicos da autarquia e as equipas estão condicionadas (se surgir algum serviço urgente abandonam o trabalho), pelo que não tem um prazo definido.

Em resposta à questão colocada pelo deputado Henrique da Câmara, esclareceu uma vez mais, que a câmara entende que não existem condições neste primeiro ano (face aos desafios que têm pela frente) de anuir a qualquer delegação de competências, incluindo a Saúde e Educação.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:

- Ana Mafalda em nome do CDS/PP, apresentou um requerimento sobre “Reforço de lombas na avenida Infante D. João, em Alcochete”.

- Susana Maia, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “45 Anos da Revolução de Abril e o 1.º de Maio”.

Submetida á discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

- Henrique da Câmara, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Urgente e necessário o investimento público na rede de transportes local e nacional”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Alexandre Gonçalves:

Referiu a questão dos passes e do seu alargamento, reconhecendo a luta que a CDU travou relativamente a esta questão e a importância da medida. É de louvar. Porém, é um processo inacabado, nomeadamente, (é verdade que no passado o CDS/PP votou contra a medida apresentada pela CDU na Assembleia da República) contudo, a verdade é que na altura, a conjuntura económica era a que era e não permitia. A situação inverteu-se e permitiu a sua implementação, dada a conjuntura favorável económica do país, (na ótica de quem reclamava a medida) mas o CDS/PP tem sérias dúvidas relativamente a isso, tanto mais que a dívida pública aumenta todos os meses, não deixando de ser curioso que esta medida surja a um mês das eleições europeias e a seis meses das legislativas. Num futuro próximo, veremos o que acontecerá quando quem implementou a medida já não precisar dos votos nas referidas eleições.

Referiu ainda, que a medida foi implementada sem estudos prévios e o pagamento antecipado aos operadores também trará custos aos contribuintes.

O CDS/PP é a favor da medida, mas este não é um processo concluído.

- Diogo Mourão:

Na sua opinião, algumas das preocupações apresentadas na moção vão ao encontro das preocupações do PS, como a questão da oferta, contudo, consideram que esta apresenta algumas incorreções, na medida em que o protocolo assinado visa abrir um contrato internacional para a criação da empresa Carris Metropolitana, a qual começará a funcionar no ano que vem e será da responsabilidade dos dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Disse ainda, que a questão dos passes mais baratos no resto do país, vai avançar nas comunidades intermunicipais e que também neste caso estão completamente de acordo.

- Luiz Batista:

Afirmou, que do ponto de vista político esta medida é inatacável, porém não deixou de referir alguns pontos, nomeadamente, que tudo foi possível, porque os municípios chamaram a si esta responsabilidade, foi o que fez o município de Alcochete que por sua vez subdelegou na Área Metropolitana esta possibilidade. No fim de contas, todos contribuíram porque foi o Governo PSD/CDS-PP que fez esta devolução aos municípios, permitindo encontrar esta solução, não esquecendo também, que os operadores vão ser ressarcidos, lembrando que deve haver espaço para todos, contrariamente ao entendimento do PCP que quer tudo nacionalizado.

- Henrique da Câmara:

Esclareceu que o PCP não pretende nenhuma empresa que domine todos os transportes no país e que faça este parar quando estiverem em greve. Lembrou o caso da greve ocorrida há uns dias atrás, em que cerca de 800 pessoas em greve fizeram parar o país e não se tratava de um sindicato comunista.

- Álvaro Costa:

Lembrou que há já cerca de vinte anos que o PCP andava a propor na Assembleia da República esta medida, mesmo não tendo a conjuntura política ou eleitoral, nem quando na AML tinha um menor número de autarquias. Teve que haver coragem política, clarificação e não radicalismo de ideias e de interesses. Os passes sociais servem para dar apoio aos que usufruem do rendimento do seu trabalho, não podendo por isso ser encarada como uma despesa. Todos têm que participar, incluindo os que recebem o salário mínimo (estes também fazem descontos).

Trata-se de uma questão mais que justa, congratulando-se que o Governo do PS e outras forças partidárias representadas na AML tivessem tido a coragem de tomar a decisão certa a favor de quem necessita.

Salientou ainda, que a moção para além dos passes sociais também refere a destruição da ferrovia e da rede fluvial, lembrando que há uns anos atrás, a Rodoviária Nacional servia as populações de forma diferente em termos de horários.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Na sua opinião (é completamente a favor da medida) a gratuitidade dos passes, a partir do 3.º elemento do agregado familiar é apenas grátis para os utentes e pode levar a abusos. Estão aqui para defender o interesse público e os impostos também são interesse público.

- Presidente da Câmara:

Informou, que quer ele quer o vereador Pedro Lavrado têm acompanhado com muita periodicidade as discussões na AML (onde estão representadas várias forças políticas) e focalizando-se apenas na questão dos passes, importa-lhe, é que o assunto cresça saudável e que as pessoas possam usufruir e beneficiar desta medida.

Trata-se de facto de uma medida inatacável, mas morosa e complexa. Apesar de todo o impasse ao longo dos últimos anos, considera que o processo decorreu com uma celeridade extraordinária ao longo do último ano e meio.

O município de Alcochete é o que pagará menos, porque tem menor densidade populacional dentro da AML.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 13 abstenções (PS, CDS-PP e PSD) e 9 votos a favor da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata).

- Diogo Mourão fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata).

- Miriam Boieiro, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais”.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata).

- Rodolfo Pereira, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Mais Escola (Saudação ao Dia Nacional do Estudante – 24 março).

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia municipal:

Questionou o que entende a CDU por um sistema injusto de faltas e sobre a extinção do sistema de ensino por módulos. Afirmou que sempre foi contra a gratuitidade do ensino, dado não entender, por exemplo, a razão pela qual os ricos não pagam os livros. Será o Estado uma entidade rica? Ora o ensino deve ser tendencialmente gratuito e não gratuito e há pessoas que não precisam do Estado para nada, daí não entender a razão da CDU defender uma medida destas.

- Alexandre Gonçalves:

Não concorda com todos os aspetos referidos na moção. Esta dá a ideia de que a Constituição da República Portuguesa consagra única e exclusivamente aos cidadãos o ensino público, o que não é verdade. A Constituição consagra o direito ao ensino. Não

se deve obrigar, pelo contrário, deve-se promover que sejam os pais a escolher o que querem para os filhos. Mas, dizer que o início do ano letivo começou com problemas e que estes são consequência única e exclusiva dos Governos PS, PSD e CDS-PP é preciso algum descaramento (que o desculpem os elementos da bancada da CDU) dado que nos últimos quatro anos, o PCP teve hipótese de alterar esta situação, porém, limitaram-se a aprovar quatro orçamentos de Estado, nos quais o investimento público ficou aquém das necessidades com tantas cativações. Têm que ser justos.

- Diogo Mourão:

Realçou que o município também tem escolas que são da sua responsabilidade e como refere a moção, os problemas persistem, ou seja, não são de agora, pelo que os anteriores executivos também são responsáveis pela situação existente. Se em Alcochete houve menos escola, isso não quer dizer que em outros municípios tenha acontecido o mesmo, dado que se reabilitaram e construíram escolas.

Considerou que a moção tem muita demagogia política.

- Álvaro Costa:

Afirmou que a moção é objetiva e que tem como objetivo criar condições no país para a universalidade do ensino. Se é universal é para todos. Quem paga impostos tem direitos e tem deveres. Compreende a indignação do CDS-PP porque o paradigma mudou, ou seja, aquilo que não era apetecível tem estado a acontecer, mas não com a velocidade e a rapidez que se deseja e o que aqui evoca é nesse sentido também.

Isto são situações inacabadas; uma escola quando se constrói, passados cinco ou seis anos precisa de manutenção e se a população aumentar torna-se necessário construírem-se mais escolas, ficando tudo dependente da situação económica. É nesta base que a moção tem como objetivo chamar a atenção e exigir que este setor seja tido em consideração, porque está na base daquilo que querem na formação global da sociedade.

Direitos e deveres para todos, mas os direitos nunca se devem sobrepor aos deveres, para se poder criar uma sociedade em que a solidariedade seja de forma que cada um tenha possibilidade de viver com um mínimo de condições e de dignidade, porque no nosso país o ensino não é igual para todos e isso deve estar na perspetiva de todos, porque tem que ser igual.

- Henrique da Câmara:

Esclareceu que a moção diz respeito às escolas propriedade do Estado e não àquelas que são propriedade da câmara. Em resposta ao presidente da assembleia disse que a gratuidade se paga sempre, os mais ricos descontam nos impostos, logo não estão isentos e os que ganham menos descontam menos e isso torna a sociedade mais justa. Cada um desconta na base do que ganha.

Relativamente à intervenção do deputado Alexandre Gonçalves, lembrou que foi precisamente no anterior mandato que se fizeram algumas requalificações de monta, em Alcochete. Conhecendo-se o estado de degradação tudo o que seja feito é sempre pouco, mas sempre é alguma coisa.

Em resposta ao presidente da assembleia, o sistema de faltas referido, é para repor as horas que faltam no ensino profissional, nos moldes que existiam, inclusive nas férias, o que às vezes não acontece.

- Ana Luísa Lourenço:

Realçou ser engraçado ouvir o deputado Diogo Mourão falar de demagogia política quando refere que nos executivos da CDU nada foi feito, esquecendo-se completamente da construção do Centro Escolar de S. Francisco, cuja construção aconteceu num mandato da CDU, acrescentando que não é só no concelho de Montijo que se constroem escolas, não deixando por isso mesmo, de exortar a que o deputado Diogo não esteja sempre a fazer comparações. O Montijo é Montijo, não é Alcochete.

- Rodolfo Soares:

Frisou que estão em bancadas diferentes exatamente porque não têm que pensar todos da mesma maneira. Leu o conteúdo do artigo 74.º da Constituição, que afirma, que assegura que o ensino básico é obrigatório e gratuito.

Se continuarem a ser privilegiados os que mais podem, então os que têm menos acabam por não ter as mesmas oportunidades e isto não é o que a bancada da CDU defende.

- Presidente da assembleia municipal:

Esclareceu a sua anterior intervenção, dizendo que entende todos devem ter acesso ao ensino, porém os recursos do estado são limitados, contrariamente àquilo que muitos pensam. Os dinheiros públicos devem ser afetos aos que têm maior necessidade dele e outros há, que não necessitam, por via dos seus rendimentos, podendo assim, prescindir do apoio do Estado, sendo que estes últimos em regra frequentam escolas privadas e os pais não têm acesso a livros gratuitos. Esta gratuidade é apenas para o ensino público, porém, há quem o queira ver extensível ao ensino privado.

Referiu também o que se passa em relação à Saúde, onde há cidadãos que estão isentos e outros que pagam, concluindo por isso, que quando se fala em gratuidade, pode ser por demagogia.

Em resposta ao deputado Henrique da Câmara, disse que o que ele disse, nada tem a ver com faltas injustificadas mas sim com recuperação de faltas.

- Diogo Mourão:

Explicou que deu o exemplo do Montijo, por ser o mais próximo do concelho de Alcochete, reiterando que não vê problema em se falar de outros municípios, tal como a CDU já o fez em relação ao de Setúbal. Acrescentou que reconhece que foi mandato da CDU que o Centro Escolar de S. Francisco foi construído.

- Olívia Silva:

Afirmou que provavelmente todos sabem que uma das suas competências profissionais é saber alguma coisa sobre o estado da educação no concelho de Alcochete, em virtude

ser professora há já cerca de vinte anos e por isso mesmo, que o importante seria que todos se juntassem e contribuíssem para que o concelho possa ter melhores escolas e mais espaços escolares. A Carta Educativa já há alguns anos que necessita de ser revista e neste momento, que há alguém preocupado com esta questão, então perceba-se que o concelho não tem escolas para albergar os nossos alunos e em especial os que entram no pré-escolar. É uma situação gravíssima, diria mesmo, uma questão de Estado e não só da autarquia.

Na qualidade de professora e cidadã apenas pode, neste órgão, colocar o assunto e desejar que se dediquem ao mesmo.

A moção apresentada é de apoio aos nossos jovens na defesa dos seus interesses e não para discutir *luta para cá e luta para lá*.

Submetida à votação, foi apurado o seguinte resultado: 9 votos a favor da CDU, 9 votos contra do PS e 4 abstenções do CDS-PP e PSD. (Documento anexo á Minuta da Ata)

Face ao empate verificado, o presidente da Assembleia Municipal usou do voto de qualidade, votando contra, ficando assim reprovada.

- Álvaro Costa fez a seguinte declaração de voto em nome da CDU:

“Objetivamente lamento que o senhor presidente da assembleia, que tem direito à sua opinião como todos nós representantes do Estado. O Estado não tem recursos ilimitados, é verdade, mas estão distribuídos. Mas se não são ilimitados para aquilo que é básico ao povo que é a educação, a saúde, então é necessário limitar para outra atividade onde se incluem os nossos impostos. De facto com essa mesma posição, estes são os direitos fundamentais da educação, da saúde, é nessa base que estamos a discutir. Dá a impressão que os senhores querem uma coisa e nós queremos outra, mas não. O Estado é desejado com certeza por todos nós, agora temos que ter uma visão não estritamente política, mas social, fundamentalmente. Não podemos invocar o Estado, os recursos com os nossos interesses. Temos que exigir a quem governa, que faça a gestão dos recursos dando primazia àquilo que é fundamental às populações, para o povo em geral.

Não há dinheiro para a educação, nem para a saúde, mas depois há biliões para outros lados em que nós não tivemos nada a ver com isso, mas somos nós que estamos a pagar.

Enquanto não exigirmos, não reivindicarmos, não batermos o pé para estas questões se cumprirem, não vale a pena dizer que sim senhor estamos de acordo e depois votam contra. Temos que exigir a quem governa que faça a gestão dos recursos, dando primazia ao que é fundamental para as populações.”

- Ana Lúcia Maduro fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo á Minuta da Ata).

- Presidente da Assembleia fez a seguinte declaração de Voto:

“Eu voto contra, não porque seja contra a escola pública ou contra os direitos dos estudantes, mas acho que há aqui coisas que extravasam isso. Não é só aqui a incoerência da CDU, o mesmo se passa na extensão da medida de livros gratuitos para todos até ao 12º ano, o ensino deve ser tendencialmente gratuito como na saúde, assim de acordo com o meu pensamento, não poderia votar a favor.

Não discuto opiniões, discuto propostas. Estamos aqui a dar louvores ao 25 de Abril e este, deu-me esta possibilidade e capacidade. Sou livre, posso votar contra ou a favor, quando entender.

- Sérgio Simões, em nome do PS, apresentou um Voto de Louvor ao “Movimento Associativo do Concelho de Alcochete”.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Carla Pereira, em nome do PS, apresentou uma Saudação ao “Dia Internacional do Trabalhador”.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Mafalda Catalão, em nome do PS, apresentou uma Saudação pelos “45 Anos de Liberdade e de Democracia”.

Submetida à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Diogo Mourão, em nome do PS, apresentou uma proposta de moção sobre “Dia da Europa”.

Submetida à discussão, Álvaro Costa pela bancada da CDU, solicitou a interrupção dos trabalhos por cinco minutos, para apreciação desta proposta, o que foi aceite.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD) e 9 abstenções da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Álvaro Costa em nome da CDU, fez a seguinte declaração de voto:

“A bancada da CDU absteve-se na votação desta moção por considerar que alguns dos princípios enunciados na mesma, não se coadunam com o nosso entendimento.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto este período, registou-se a intervenção do senhor Jerónimo Cachimbo, congratulando-se com a utilização da palavra democracia por parte de duas bancadas desta assembleia, nomeadamente a da CDU e do PS.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia Municipal, propôs a alteração do ponto 7 para ponto 3 da Ordem do Dia, que foi aprovado por unanimidade, renumerando-se por isso, os pontos agendados.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Não se registaram intervenções.

PONTO 2 – TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Após a verificação de poderes e a prestação de juramento legal, tomaram posse alguns dos membros do Conselho Municipal de Segurança, indicados no Auto de Posse devidamente assinado. (Documento anexo à ata como Doc 1.)

PONTO 3 – PARECER SOBRE A PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ALCOCHETE

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Álvaro Costa:

O Conselho Municipal na sua última reunião, por motivos urgentes, teve que alterar o regimento de forma a enquadrá-lo com a Lei. O que terá que ser agora discutido e aprovado é uma questão que também aqui deve ser dita.

Na sua opinião terá que ser em sede de reunião do Conselho que as alterações devem ser propostas.

- Presidente da assembleia municipal:

Esclareceu que a assembleia municipal aprovou este regimento. Foi ao Conselho Municipal de Segurança onde foi analisado e discutido e vem agora do Conselho Municipal a presente proposta já revista, por todos elementos do Conselho Municipal de Segurança (do qual fez parte). Trata-se da proposta do CMS existente à altura.

- Álvaro Costa:

Não é membro do atual Conselho, mas pertenceu ao anterior e foi este que propôs a presente emenda, contudo entende que o Conselho que tomou hoje posse, deve por si mesmo analisar o regimento que irá gerir a sua atividade e caso o entenda, deve propor as alterações que entender e que se enquadrem dentro da Lei.

- Presidente da Câmara:

Sugeriu que fosse ouvido o engenheiro João Marques e explicou que não estão agora na assembleia a criar nenhum regimento porque já existe um e é legal. Em qualquer momento e em sede própria o Conselho pode entender que existem alterações a preconizar e então, as mesmas devem ser submetidas à assembleia para que esta se pronuncie sobre as mesmas.

Pretende-se que este Conselho que até aqui funcionou *q.b.*, seja agora dinamizado, no sentido de ter intervenção ativa na defesa dos bens e pessoas, que é para isso que existe.

- Eng.º João Marques:

Esclareceu que o regimento é apenas e só adequado à missão já indicada e foi elaborado pela assembleia e que veio novamente provisoriamente ao CMS que aprovou o regimento que está agora a ser proposta a AM para aprovação final.

Em 7 de fevereiro o Conselho emitiu o seu parecer com as considerações entendidas como pertinentes para adequar o funcionamento do Conselho. Voltou à presente sessão para ser aprovado com as considerações e com o parecer que foi elaborado e enviado à assembleia pelos anteriores membros. O regimento pode sempre ser atualizado e sempre que se considere pertinente virá à assembleia municipal para ser aprovado.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

O deputado Luiz Batista propôs a realização de um intervalo de 5 minutos, o que foi aceite.

Retomados os trabalhos, passou-se ao seguinte ponto:

PONTO 4 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Submetidos à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Para além da abordagem a estas propostas, aproveitou também para o fazer também relativamente à 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2019- PPI e AMR, referindo que o ano de 2018 se oferecia como um ano de múltiplos desafios, que requeriam da parte do executivo rigor, empenho e transparência para com a população do concelho de Alcochete e no exercício das suas funções. Entre alguns desafios, salientou a pretensa instalação aeroportuária, a descentralização de competências, o

equilíbrio das contas públicas, a diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores, desenvolvimento necessários para execução de candidaturas no âmbito do atual Quadro Comunitário, preparar e desenvolver os procedimentos necessários à requalificação das escolas básicas, das infraestruturas desportivas, dos edifícios municipais e de um conjunto vasto de outras iniciativas que assumiram concretizar.

Elencou alguns dados, nomeadamente:

- O valor da dívida total no final do ano de 2017 cifrava-se em €8 610.477,94 (entenda-se dívida total); No final de 2018, cifrava-se em €7 961.462,36. Registou-se um decréscimo de 7,5% no valor total da dívida face ao período homólogo. De sublinhar que no período referente a 2017 reflete-se a inclusão do valor previsional de €811 290,86 e que atualmente já está contabilizado em dívida e que retrata uma importância datada de 2013 inerente ao valor da dívida à Simarsul.

Resultado líquido: o ano de 2018 fechou com o resultado de €4 278.357,79 e fechou para efeitos de comparação com ao ano de 2017 com um resultado líquido com o valor de €2 279 520,60. Registou-se um acréscimo de 87,68% face ao ano anterior. Em 2017 o resultado configura-se da forma como está, pese embora, na realidade que este valor seria inferior, caso tivesse sido contabilizado corretamente em 2017 a provisão para férias no valor de €560 345,07.

Saldo de Gerência, fechou-se o ano de 2018 com um saldo de €8 584,854,28. Em 2017 fechou com um Saldo de Gerência de €4 3011.626,93 face ao ano de 2017 registou-se um acréscimo de 99,57%.

Grau de execução da Receita em 2018 foi de 103,09% e em 2017 foi de 97,17%. No sentido contrário, na Despesa o grau de execução em 2018 cifrou-se em termos percentuais nos 70,44% e em 2017 cifrou-se nos 74,53%.

No âmbito das Grandes Opções do Plano, o grau de execução em 2018 foi de 47,72% e em 2017 foi de 53,26%.

No PPI fechou-se o ano de 2018 com um grau de 26,69% e em 2017 com 28,34%.

Nas AMR, em 2018 encerrou-se com um grau de execução de 97,20% e em 2017, com 77,91%.

Ainda no âmbito da gestão do município, uma nota importante, que assenta nas questões relacionadas com o limite de endividamento: lembrou que e para efeitos de comparação, que a dívida total em 2015 representava 95,11% da média da receita corrente. O encerramento do ano de 2018 corresponde a 49,98%, o que significa que, se porventura, à presente data se liquidasse a dívida total, sobraria em média qualquer coisa como 50% da receita corrente.

No final de 2018 a margem de endividamento era de €2 786. 872,00, apesar da utilização de dois empréstimos bancários no ano em questão.

Em relação à questão dos impostos, com especial relevância para os impostos diretos, estes tiveram um contributo fundamental, nomeadamente no que diz respeito à arrecadação desta receita.

Quanto ao IMI recordou que se está a falar do ano de 2018 que reflete a tomada de posição deste executivo no final de 2017 e que acabou por se refletir em 2018. Neste ano o valor a cobrar era de 0,445% (que alguns apelidaram de pouquinho) em função daquilo que eram as expectativas, tendo por base aquilo que é a sua forma de ser e estar, assente na realidade com aquilo que são os valores reais, aconselhavam prudência qb (tanto mais que se trata de dinheiros públicos). Nesta altura, importante era sair do patamar dos municípios com taxa de IMI no máximo e foi esse o caminho seguido. No final de 2018 arrecadou-se em IMI cerca de €4 397 334,00 mesmo com a descida de 1% da taxa líquida comparativamente ao ano de 2017 ainda se subiu em termos de variação absoluta cerca de 5,5%.

Neste imposto, foi atingido um valor histórico (não foi o único). O saldo atingido é também um valor histórico, nunca alcançado em 45 anos de liberdade.

O IMT registou a maior subida financeira da autarquia. Em média este imposto tinha como melhor resultado o valor perto de dois milhões de euros e em 2018 arrecadou-se a importância de €4 525 888,44, uma variação absoluta que ultrapassa os 180%. Alguns pensarão que este valor se deve, nomeadamente ao empreendimento *Praia do Sal*, cujos apartamentos foram comercializados acima do meio milhão de euros, mas não, este representa apenas cerca de 30% do bolo financeiro.

No IUC – Imposto Único de Circulação, no final de 2018 ficou em 447 mil euros e não variou muito nos últimos anos.

Quanto à Derrama, em 2017 com a definição apenas de isenção para as empresas que se instalassem no concelho, foi possível arrecadar a quantia de €599,450,27, face ao período homólogo teve uma variação de cerca de 46%, sendo que nos anos anteriores os valores não são muito diferentes.

Relativamente à 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano – PPI e AMR estão plasmadas e são bastante sintéticas e com a evolução do Saldo de Gerência procedeu-se às alterações propostas nas rubricas que estavam insuficientemente dotadas.

A 1.ª Revisão ao Orçamento para 2019 é na sua opinião, um documento fácil de ler e os valores são muito claros.

Quanto à 1.ª Alteração ao Quadro de Pessoal para 2019, surge em função de dois dados que são bastante significativos nesta matéria: o primeiro em função da alteração ao novo organograma da câmara, com criação de uma nova Unidade Orgânica e em função das necessidades por via da criação desta, torna-se necessário preencher alguns lugares que fazem falta para execução dos trabalhos. Também com a constituição de 38 vagas que não são maioritariamente só para assistentes operacionais, é importante retirar dois valores que têm a ver com a Fundação João Gonçalves Júnior, ou seja 16 auxiliares de ação educativa que vão deixar de estar domiciliadas na Fundação. Como é sabido, a câmara pagava à Fundação para que esta por sua vez pagasse às respetivas funcionárias.

Existem ainda 7 novos contratos que houve necessidade de reforçar por via da Fundação.

Procedeu-se também, a várias transferências de um lado para outro em função das necessidades.

As despesas com Pessoal representaram 45,56% das despesas totais, recordando que no final de 2017 representavam 57,16% e 55,07% das despesas correntes, alcançando-se um montante de €6 863 612,82. As despesas com Pessoal face a período homólogo cresceram 3,49%.

- Álvaro Costa:

É com satisfação que chega ao fim de um ano que teve um resultado líquido positivo de €4 270 00,00, ou seja, o dobro do que foi em 2017 e isto já reflete de uma forma muito importante, a saudável situação financeira do município, no entanto, crê que deve ser analisada à luz de uma gestão e nesse sentido dentro das opções que cada um de nós tem, para poder analisar os documentos, que não são fáceis de analisar, são complexos, extensos e às vezes não é fácil chegar onde se quer.

Chegou-se ao final do ano com o maior saldo de gerência de sempre. Em relação ao IMI entende que todos sabiam que esta receita iria crescer substancialmente em 2018, reiterando que se poderia ter ido mais além e os números traduzem a veracidade deste pensamento. Também a execução orçamental não foi até onde seria possível.

A dívida global não sofreu grandes alterações de 2017 para 2018, o que prova que em termos financeiros a situação económica não é tão catastrófica como na altura foi dito; que a dívida era de sete milhões e tal, que tinha sido uma péssima gestão do anterior mandato, porém, entende que a verdade é como o azeite que vem sempre ao de cima.

O município irá ter sempre uma dívida nesta ordem e a capacidade de endividamento para quase três milhões. Em termos eleitorais foi feita uma leitura grosseira das contas do município. Os números apresentados caracterizam a situação de estável.

Realçou no que diz respeito ao Acordo com as instituições bancárias que o relatório do Revisor Oficial de Contas refere que as mesmas não se encontram atualizadas relativamente ao nome das pessoas com poderes para as movimentar, o que era desnecessário, porque facilmente se resolve e nada justifica a situação.

O relatório refere também que as contas bancárias continuam a apresentar movimentos com uma certa ambiguidade, devendo portanto ser objeto de análise.

Nunca se deveu nada ao Montijo e entende que a câmara deve continuar a defender os interesses do município.

As dívidas a instituições de crédito vão-se pagando, amortizando, mas a dívida em si, jamais desaparecerá. O acréscimo de pagamentos é extraordinário e as dívidas a terceiros sofreram um acréscimo de 57 mil euros. Existem imóveis por inventariar e o município também o reconhece.

- Luiz Batista:

Considerou que a forma de apresentação global não foi muito correta.

Em relação às contas, referiu que o saldo parece que foi o maior de sempre, mas para si é um fator negativo. É evidente que também tem um lado positivo que era previsível, ou seja o encaixe das transações do IMT, porque de facto face ao orçamentado teve um desvio de cento e tal por cento (mais de 3 milhões do que o que estava orçamentado).

Ora, o município pode dizer que é importante, mas na sua opinião não é, porque se não se gastar o que está orçamentado, é óbvio que passará para o saldo de gerência a passar para o próximo ano. Isto revela incapacidade de gestão e reflete falta de poder.

Quanto aos impostos considera que a situação não é assim tão inocente, porque a câmara tem os meios em seu poder para poder fazer as previsões, dados estes, que as bancadas na assembleia não dispõem. Lembrou que no final de 2017, o PSD desafiou o senhor presidente da câmara a ser mais audaz e na questão do IMI isso veio a concretizar-se. O aumento que teve, era suficiente para fazer baixar a taxa para os 0,4%, que foi de onde partiu quando em 2015, se fez o Plano de Saneamento Financeiro para pagar dívida.

Em relação à dívida: foi esta que levou à recolha dos impostos, mas a redução desta refletiu-se apenas numa coisa: a câmara ter continuado a honrar os compromissos que tem com a contração dos empréstimos que vêm do anterior executivo, considerando assim, injustificável o aumento da dívida, reforçando que se há saldo na receita, este deve ser para pagar as dívidas.

Na dívida à Simarsul (que aguarda decisão do Tribunal) questionou porque não foi criado um Fundo para poder pagar (se for o caso) a dívida? Esta indicação já foi reconhecida pela assembleia municipal e não foi cumprida.

Lembrou que votou o Plano de Saneamento Financeiro porque a câmara estava confrontada com a dívida, mas esta mantém-se. De facto, há saldo e não se paga.

De seguida, o presidente da assembleia, propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

- Alexandre Gonçalves:

Em relação a algumas considerações referidas no relatório e já abordadas pela bancada da CDU, afirmou que também não gosta de as ver registadas, porém, acredita que o executivo já tomou as providências necessárias para regularizar as situações.

Quanto à questão de clientes, também referido pela CDU, pese embora o CDS-PP tenha opinião diferente sobre a mesma e quanto à carta de recomendações, não acham normal esta dívida, considerando que seja natural existir alguma por parte de clientes, mas que não atinja estes valores. A carta de recomendações refere inclusivamente que a parte recuperada é muito pouca e põe em causa, se nada for feito por parte da câmara, a

repercussão do valor ainda em dívida. Esta questão preocupa a bancada do CDS-PP e por isso, solicitaram explicação sobre o que irá ser feito em relação a esta matéria. Relativamente ao Relatório de Gestão, a primeira grande questão são as reduzidas taxas de execução, entendendo que se podia e deveria ter ido mais além e que, inclusivamente, houve por parte do executivo pouca ambição (a não ser que tenha havido algum impedimento) nas taxas de execução. Relativamente aos impostos diretos e vendo-os numa perspetiva de gestão, são dados importantes naquilo que diz respeito à população de Alcochete. É notório o aumento desta e esta tendência mantém-se. A câmara e a assembleia têm a obrigação de pensar mais além, no futuro (isto é gestão). Todos têm o dever e obrigação de deixar para as próximas gerações problemas resolvidos ou criar mecanismos para que eles não sejam confrontados com problemas que temos no presente.

O executivo tem tido a preocupação com a questão da requalificação de infraestruturas, porém, requalificar é insuficiente, há que redimensionar, desde a rede viária, escolas, estacionamento, capacidade do Centro de Saúde, parques infantis, zonas de lazer – há que pensar – porque há verbas e tudo indica que a população de Alcochete está a crescer.

Torna-se também necessário pensar nos serviços que a câmara presta aos munícipes, rentabilizando e modernizando os mesmos.

- Presidente da assembleia municipal:

Chamou a atenção para que na discussão de impostos, é imprescindível diferenciar razões estruturais e razões conjunturais, porque quando se olha para a conjuntura e se acha que é estrutural, cometem-se erros gravíssimos.

Entende que a receita de IMI é uma situação pontual, não será o futuro. Comparou os valores de IMI com os da câmara de Montijo, dizendo que não é normal, sendo Alcochete um município muito mais pequeno.

Alertou para que quando se fala em baixar impostos, deve ser tido em conta o seu impacto, dando como exemplo que baixar o IMI é preferível para as famílias, em vez de baixar o IRS.

- Presidente da câmara:

Congratulou-se com as questões levantadas, porém, algumas informações proferidas não correspondem à verdade, são desprovidas de fundamentação, pelo que, fez as seguintes retificações:

- O IMI subiu cresceu em termos absolutos trezentos e noventa mil euros (importância que nem dá sequer para reparar o Albergue da Juventude.

Naturalmente que, se os deputados Álvaro Costa, Luiz Batista ou Alexandre Gonçalves tivessem ganho as eleições, em novembro de 2017 teriam feito um Orçamento com a equipa por eles escolhida. Como foi o PS que ganhou, o Orçamento foi feito pelo presidente e pela sua equipa. Foram prudentes, dado o pouco tempo disponível. Se

chegassem e baixassem o IMI para 0,40% seria um ato de gestão irrefletido e lembrou que depois de tudo passado, todos sabem tudo.

Também considera que o grau de execução é baixo e não se sentiu feliz por apresentar um PPI de 26,69%, mas lembrou que este era mais ou menos o valor médio apresentado nos últimos anos.

Reiterou que quando tomaram posse, o valor da dívida era de nove milhões e oitocentos mil euros, acrescentando que quem dizer que o valor era outro, é porque está a mentir. Se estivesse no lugar dos deputados, também acharia que os documentos são exaustivos, morosos na sua análise e as finanças públicas são diferentes das de uma entidade privada.

Considerou que não é justo considerar que aparentemente nada mudou, porque se regista um decréscimo de 7,5%. A 31 de dezembro de 2017 havia o valor de oito milhões e seiscentos e dez mil euros e fechou-se o ano de 2018 com o valor de sete milhões novecentos e sessenta e um mil euros, sendo que pelo meio aconteceram algumas peripécias, lembrando as questões que estão em tribunal: Câmara de Montijo e Simarsul.

Em relação à Plural quando a câmara liquidou a dívida (nenhum jurista garantiu que a câmara tinha razão) negociou o valor a pagar e foram perdoados os juros de mora. Mas, a questão da dívida à Simarsul é complexa; o anterior executivo tinha as suas razões e por isso é que desde 2010 não se pagou nada. Porém, quando tomaram posse, depararam-se com o Decreto-Lei 114/14, que entrou em vigor em março de 2015, o qual obrigava o município a pagar por conta, porque se não o fizesse o município seria penalizado. Perante a questão, o executivo em 2017, pagou à Simarsul um milhão e cinquenta mil euros o que fez baixar o valor total da dívida em 7,5% e em abril de 2019, esta dívida ascende a pouco mais de quatro milhões.

As faturas apresentadas desde setembro de 2018 e até ao presente, estão todas pagas, independentemente do que possa vir a ser a decisão do Tribunal.

As questões levantadas pelo Revisor Oficial de Contas não lhe parecem preocupantes e explicou porquê.

Importante é olhar para as contas e se questionado se está contente com o resultado, dirá que sim, contudo, não esquece que o resultado foi alcançado por via dos impostos diretos, o que não lhe dá grande satisfação, porque estes incidem sobre as famílias. Está a ser feito um estudo económico para se proceder à alteração do regulamento de taxas e licenças, dado que já não está adequado à nossa realidade.

Em termos da dívida das águas por particulares, estão a ser aplicadas coimas e a ser enviados processos para Tribunal.

O pagamento a fornecedores está abaixo dos 60 dias, contrariamente ao que acontecia quando tomaram posse que era de 260 dias.

Referiu que o ano de 2019 é desafiante, mas é difícil avançar para projetos inovadores sem primeiro tratar daquilo que já tem, ou seja, por exemplo, construir mais um

pavilhão, sem requalificar o já existente assim como os inúmeros polidesportivos, tanto mais que não há capacidade financeira para fazer as duas coisas.

A rede viária será requalificada (a pouco e pouco) assim como as escolas básicas. É necessário criar condições para partir para o investimento.

- Álvaro Costa:

Mostrou-se satisfeito por estar a discutir o encerramento de contas com estes saldos.

O presidente utilize a palavra que quiser e os adjetivos que quiser. Nunca foi um indivíduo mentiroso, pode muitas vezes não dizer a verdade, mas será por desconhecimento ou má informação.

Frisou que está satisfeito com o extraordinário desafogo financeiro que a câmara tem, contudo, considera incorreto que o senhor presidente da câmara faça a abordagem desta situação, dizendo que não recua no tempo, mas recua e fala no anterior executivo. Reforçou que o anterior executivo teve uma missão heroica e o atual recebeu uma câmara devidamente organizada financeiramente, após anos de martírio, sem poder contratar pessoal, sem ter dinheiro para investir sendo espoliado dos seus meios. Por tudo isto, deveria haver respeito e sentido de solidariedade.

No presente momento, assiste-se a uma revitalização económica no concelho a todos os níveis, pelo que a câmara deverá continuar a ter condições para obter receitas e fazer aquilo que durante alguns anos não pode fazer, pelas razões já conhecidas.

- Henrique da Câmara:

Não pode deixar de ficar preocupado com o que foi dito pelo presidente da câmara, quando enumerou algumas empreitadas de 2017, 2018 e 2019, dizendo que o problema não tem a ver com o número, mas sim com o custo total das mesmas e se todas elas tiverem o sucesso que teve a do Miradouro, então ninguém se irá entender.

- Presidente da câmara:

Esclareceu que não teve a intenção de adjetivar ninguém e em particular o deputado Álvaro Costa, mas o facto de este, repetir sempre o valor total da dívida na ordem sete milhões e tal, após já ter sido diversas vezes explicado que é de 9 800 000,00 euros, leva-o a equacionar de o deputado mente descaradamente ou se mente por esquecimento, ou por outro qualquer motivo. As referências que faz ao anterior executivo são no sentido de comparação, não esquecendo que os anos de 2013 e 2014 foram difíceis, mas lembrou, que o anterior executivo esteve na câmara desde 2005.

Submetida a proposta votação, foi aprovada por maioria, com 11 votos a favor (PS e CDS-PP e 11 abstenções (CDU e PSD). (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Andreia Sousa fez declaração de voto em nome do PSD. (Documento anexo á Minuta da Ata)

- Diogo Mourão fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata).

O presidente da Assembleia Municipal voltou a propor o prolongamento dos trabalhos para além do anteriormente aprovado, o que foi aceite. Propôs também que o ponto 6 passasse para ponto 5, o que também foi aceite.

O deputado Luiz Batista, pelas 02:00 horas, abandonou os trabalhos, por motivo de ordem pessoal.

PONTO 5 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Alexandre Gonçalves:

Já anteriormente tinha feito o reparo de que num determinado número de verbas que estão destinadas a diferentes unidades orgânicas, não têm discriminação, aparecendo como *Outros Serviços* e os montantes variam, sendo que alguns são de pequena monta, outros nem tanto. Ora, este fator, impede-o de avaliar o Orçamento na sua totalidade e com o pormenor que gostaria.

- Presidente da assembleia municipal:

Entende que o Orçamento deveria ser acompanhado de uma nota indicadora das referidas verbas, porque à assembleia municipal compete a função de fiscalização.

- Álvaro Costa:

Trata-se de um documento técnico que demonstra a grande situação financeira do município.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD) e 9 abstenções da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 6 – 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019 – PPI e AMR

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD) e 9 abstenções da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 7 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2019

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Álvaro Costa:

Trata-se de um documento de gestão, que reflete a opção política no que respeita a Pessoal.

Não trataria determinadas opções da mesma forma, porque existem setores que precisavam de ser mais reforçados, de forma que a câmara não tivesse que contratar serviços externos, nomeadamente na conservação de jardins, entre outros. Lembrou que até 2017 por impedimento legal, não era possível contratar funcionários, em função da regra de que com a saída de dois funcionários só entrava um.

Também entende que as CAF são uma atividade muito importante para a população do concelho, daí ter sido feito um Acordo de Colaboração com a Fundação.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD) e 9 abstenções da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Rodolfo Pereira fez declaração de voto em nome da CDU em relação a este ponto e aos dois anteriores. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 02.20 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,